

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

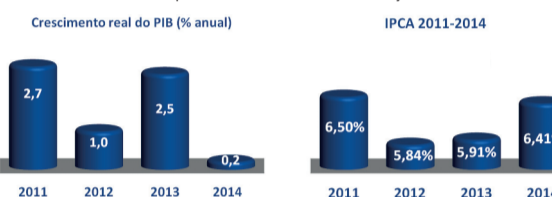
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
 O ano de 2014 foi de desafios e realizações para a Afluyente T, uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hídrica, a solidez construída pelo Grupo ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e importantes conquistas. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”. Nos consolidamos como maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões de unidades consumidoras na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nosso propósito é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Em geração, ampliamos nossos investimentos em fontes renováveis. Conquistamos em leilões seis parques eólicos no Nordeste, por meio da Força Eólica do Brasil. Com esses novos empreendimentos, o Grupo conta agora com 16 parques eólicos nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Bahia. O Grupo foi além das fontes tradicionais de geração de energia e diversificou sua atuação ao inaugurar, em 2014, a primeira usina solar fotovoltaica da ilha de Fernando de Noronha. Um projeto que agrega o nosso trabalho em pesquisa e desenvolvimento ao nosso compromisso com sustentabilidade e inovação. Compromisso que se fez presente durante a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, entregue antes mesmo do cronograma previsto. Concluída em tempo recorde, a 10ª maior usina em potência instalada do país representará um acréscimo de 1.820 megawatts no sistema brasileiro, suficiente para atender a quase 11 milhões de pessoas. A qualidade de implantação dos 44 programas socioambientais na região e a abrangência dos resultados para a população local renderam à Companhia Hidrelétrica Teles Pires o prêmio de “Melhor Projeto Ambiental” do ano concedido pela HydroVision Brasil. Mesmo com o cenário adverso, a Neoenergia atingiu um EBITDA de R\$ 2,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 602 milhões. Os investimentos em geração, distribuição e transmissão ultrapassaram os R\$ 3,8 bilhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o rating de crédito corporativo dado a Neoenergia pela S&P foi de brAAA na Escala Brasil. Além de contribuir para mover o país a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo despertar no consumidor comportamentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica. Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o “Seio Único” (Município Aprovado) nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, além de levar às comunidades do semiárido do Nordeste condições de sustentabilidade, segurança e eficiência energética. Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de cinco mil colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre os 50 maiores grupos econômicos do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas. Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas trazendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazendo pelo cenário econômico e pela crise hídrica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

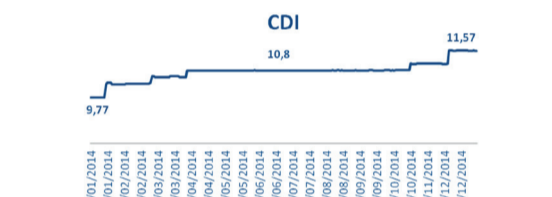
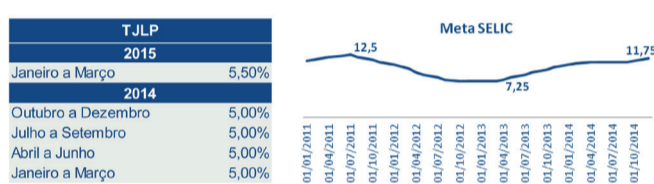
MARCO GEOVANNI TOBIAS DA SILVA
 Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Mesmo com um fraco desempenho econômico, contido por um cenário geral de incertezas que perdurou por todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na retração dos setores extrativos e de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo das famílias, com efeitos também sobre o setor de serviços e industrial. O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:

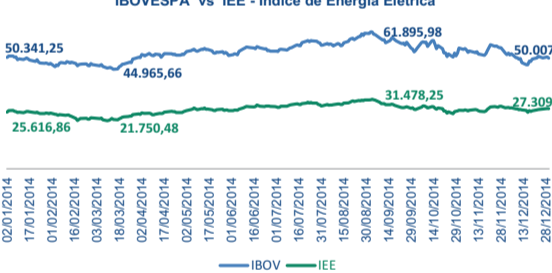


* A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que serve de referência para empréstimos do BNDES ao setor produtivo, de janeiro a dezembro de 2014 foi mantida no patamar de 5% já no período de janeiro a março de 2015 e taxa sofreu acréscimo de 0,5%. A taxa básica de juros (SELIC) sofreu seguidos aumentos em 2014 e terminou o ano em 11,75%. Esta política de sucessivos aumentos da SELIC teve como finalidade a contenção da inflação. A taxa CDI acompanhou o mesmo comportamento da SELIC com uma trajetória de aumento durante o ano de 2014, atingindo o patamar de 11,57 no final do ano.



* A Bovespa refletiu a conjuntura econômica brasileira e o índice IBOVESPA recuou 0,7%, entretanto, o IIE que agrega as ações dos principais players do Setor Elétrico apresentou um aumento de 6,6%. Porém, este aumento não foi capaz de retornar o IIE ao patamar apresentando antes de 2012.

IBOVESPA vs IIE - Índice de Energia Elétrica



2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 18 de agosto de 2008. A base acionária atual da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,8%), Iberdrola Energia S/A (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um Free float de 1,37%. A Companhia foi criada sob a denominação de Imansis Participações S.A., tendo como objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Sua criação é resultado do processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Em 05 de setembro de 2005, por meio da Resolução Autorizativa nº 306, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu a anuidade da versão do patrimônio, transferência de concessão e reestruturação societária para fins de segregação de atividades da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, a criação da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. e a obrigação de celebração do contrato de geração e transmissão da empresa desverticalizada. As ações da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba. No dia 1º de dezembro de 2008, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, a ANEEL autorizou a cisão das concessões de geração e transmissão, passando os ativos e passivos de transmissão da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluyente GE”) para Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. nova razão social da Imansis Participações S.A. Em 12 de abril de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2010 da Afluyente T, que tem como objeto, estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Sua cláusula 7ª prevê mecanismo de revisão tarifária a cada cinco anos, a partir da sua data de assinatura, tendo, excepcionalmente a 1ª revisão ocorrido em 1º de julho de 2010.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. **Conselho de Administração:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por até quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da companhia. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus acionistas nos termos da Lei. Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia. **Diretoria:** É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria Executiva do Grupo Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da Companhia também são diretores da holding Neoenergia. **Comitês:** O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração e Sucesso. Cada comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada comitê é formado por três membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucesso, trimestrais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2014 foi marcado por: cenário hidrológico desfavorável, redução do nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), alteração da metodologia de cálculo do PLD. O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram o nível de armazenamento mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios. Como consequência, houve elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras. Os geradores hidrelétricos foram impactados devido à restrição de geração imposta pelo período hidrológico desfavorável, bem como pela redução da capacidade de geração e transmissão, passando os agentes a negociar no mercado de curto prazo exposições financeiras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo Generation Scaling Factor (GSF) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores. As usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2014 levou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs essas usinas aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. As distribuidoras, por sua vez, observaram exposições financeiras negativas no MCP devido à frustração na compra de energia oriunda dos leilões regulados de energia existente (Leilão A-0, Leilão A-01), realizados nos anos de 2013 e 2014. Diante desse cenário desfavorável, o Governo Federal realizou operação financeira com o objetivo de assegurar às distribuidoras a necessária neutralidade da Parcela A, conforme previsto nos contratos de concessão, viabilizando com isso que as mesmas pudessem honrar seus compromissos financeiros no mercado de curto prazo. Os recursos financeiros tiveram origem em dois empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) junto aos bancos, e para operacionalização desse empréstimo, foi criada a Conta ACR. Os recursos alocados nessa conta deverão ser pagos pelas distribuidoras em um prazo de dois anos, a partir de 2015, o que implicará correspondente cobertura tarifária. Cabe salientar que o Governo Federal já havia utilizado recursos do Tesouro Nacional para mitigar os impactos financeiros negativos ocorridos no ano de 2013, quando transferiu recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente

para as distribuidoras. Esses recursos deverão ser ressarcidos ao Tesouro Nacional em um prazo de cinco anos, contados a partir de 2013, com atualização pelo IPCA e também serão objeto de cobertura tarifária. Nesse cenário de permanência do PLD no seu valor máximo por tempo muito prolongado, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo desse valor. Após consulta aos agentes de mercado, realizada por meio da Audiência Pública nº 054/2014, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Ainda no ano de 2013 a Resolução nº 03 foi editada pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e determinou que o custo dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS) por Segurança Energética seria rateado entre todos os agentes que atuam no mercado, incluindo geradores e comercializadores. A regra até então vigente estabelecia que os encargos fossem rateados apenas entre os consumidores de energia elétrica. Para contornar esse problema, o Grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas. Em 5 de dezembro de 2014, foi proferida uma sentença, não definitiva, que declarou ser não exigível a cobrança dos encargos na forma indicada pela Resolução CNPE 03/2013 para os agentes de geração associados à APINE e à ABRAGEL, entre os quais se inclui as empresas do Grupo Neoenergia, confirmando a liminar concedida no ano anterior. Cabe ressaltar que tal sentença, embora ainda não definitiva, representa um avanço importante no reconhecimento do pleito dos geradores perante a justiça. Especificamente em relação à regulamentação no setor de Transmissão de energia elétrica, durante o ano de 2014 foram iniciadas as atividades necessárias para o processo de Revisão Tarifária Periódica da Afluyente T e, por meio de audiência pública, foi proposto, o aprimoramento da Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011, que estabeleceu a distinção entre melhorias e reforços em instalações de transmissão. Como resultado da referida audiência pública, foi publicada a Resolução Normativa nº 643, de 16 de dezembro de 2014, cujas principais mudanças, no que diz respeito às atividades enquadradas como Melhorias, referem-se (i) ao estabelecimento de receita para a implementação de melhorias anteriormente à Revisão Tarifária da Transmissora, o que representa um avanço no setor visto que tais atividades passam a ser remuneradas a partir de sua entrada em operação comercial e não mais após a Revisão Tarifária subsequente; e (ii) a retroatividade da receita revisada a data de entrada em operação comercial da respectiva melhoria. No que tange à Revisão Tarifária Periódica (RTP), tal procedimento está previsto na Cláusula 7ª do Contrato de Concessão da Afluyente T e ocorre a cada cinco anos, conforme regulamentação específica. A primeira RTP da Afluyente T ocorreu em 01 de julho de 2010, compreendendo o período desde a desverticalização dos ativos da COELBA em 2005 e sendo aplicada sobre toda a sua base de ativos. Para a segunda RTP, cujo resultado está previsto para ser publicado pela ANEEL em julho de 2015, deve-se levar em consideração o que consta no submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que estabelecem os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Periódicas das receitas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica existentes.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A Afluyente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos. Com potência instalada de 600 MVA, a Afluyente T é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari IV, além de 450 km de Linhas de Transmissão. Em 31 de maio de 2011, foi emitida a Resolução Autorizativa 2.920 da ANEEL para remanejamento das Linhas de Transmissão Camaçari I/Pólo e Governador Mangabeira/Tomba. As obras foram concluídas em janeiro de 2015. Em dezembro de 2011, tiveram início as atividades do Centro de Operação do Sistema (COS) da Neoenergia com a missão de realizar as atividades operacionais das Usinas bem como dos Ativos de Afluyente T, coordenando as ações de desenvolvimento e implementação das políticas de Gestão da Companhia, em tempo real, através de comandos remotos e em março de 2013 foi iniciada a integração dos ativos da Companhia ao Centro de Operações. Em 2012, o Grupo Neoenergia venceu o leilão para ampliar a subestação Brumado II, pertencente à Afluyente T. Apesar da subestação pertencer à Afluyente T, os novos ativos foram construídos e serão operados pela Narandiba, outra empresa de Transmissão do Grupo Neoenergia. A unidade foi ligada ao sistema já operado pela Afluyente T sua operação comercial iniciou-se em setembro de 2014. Em 2014, a disponibilidade apresentada pela Afluyente T foi de 99,89%, bem em linha com o desempenho realizado nos 3 últimos anos. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2014	2013	Varição
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	38.653	39.202	-1,4%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	34.643	35.127	-1,4%
EBITDA (R\$ Mil)	14.373	19.146	-24,9%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	14.373	19.146	-24,9%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceeto JSCP	2.965	2.214	-33,9%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	14.982	19.441	-22,9%
Ativo Total (R\$ Mil)	83.910	83.403	0,6%
Investimentos (R\$ Mil)	5.656	6.920	-18,3%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	4.563	3.472	31,4%
Dívida Líquida (R\$ Mil)¹	(25.441)	(25.801)	N/A
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	76.650	77.503	-1,1%
Indicadores Financeiros	2014	2013	Varição
Margem EBITDA	41,5%	54,5%	-13,0 p.p.
Margem EBIT	41,5%	54,5%	-13,0 p.p.
Margem Líquida	43,2%	55,3%	-12,1 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA²	-177,0%	-134,8%	-0,42
Índice de Endividamento Líquido³	-49,7%	-49,9%	0,2 p.p.

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ² EBITDA 12 meses
 ³ Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL p.p - Pontos Percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2014	2013	Varição
Lucro Líquido	14.982	19.441	-22,9%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	2.356	1.919	22,8%
Receita Financeira	(3.449)	(2.582)	33,6%
Despesa Financeira	484	368	31,5%
EBITDA	14.373	19.146	-24,93%

6.1. Receita Bruta	2014	2013	Varição
Receita Bruta- R\$ mil	38.653	39.202	-1,40%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	7.859	8.755	-10,2%
Receita de concessão	21.381	23.354	-8,4%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	9.383	6.920	35,6%
Outras	30	173	-82,7%
Total	38.653	39.202	-1,40%

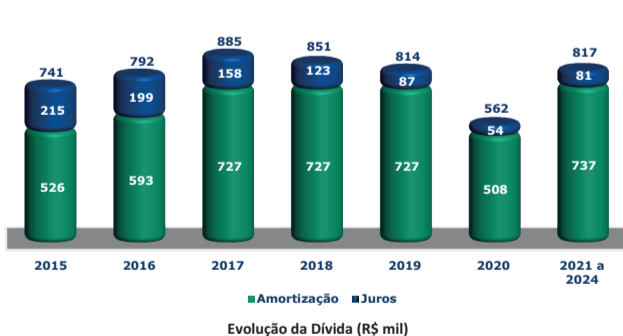
A receita sofreu uma redução no valor de R\$ 0,5 milhões, pela combinação de dois fatores que se compensam parcialmente: • Aumento da receita de construção no valor de R\$ 2,4 milhões. Ela é reconhecida em função dos investimentos realizados nos bens de concessão. Salientamos que essa variação em nada influiu no resultado da companhia, pois não é auferida qualquer margem no seu reconhecimento. • Redução da receita de concessão no valor de R\$ 2,9 milhões, decorrente da redução da base para cálculo da mesma. Essa redução deu-se pela amortização normal dos ativos vinculados e é paulatinamente ocorrida, ano após ano. Compensada, parcialmente, pelo aumento originado do reajuste anual da Receita Anual Permitida.

6.2. Custos e Despesas	2014	2013	Varição
Custos e Despesas Operacionais - R\$ mil	9.509	7.052	34,8%
Custo e despesa não-gerenciáveis:	9.383	6.920	35,6%
Custo de Construção	126	132	-4,5%
Taxa e Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	10.761	8.929	20,5%
Custos e despesas gerenciáveis:	78	123	-36,6%
Material	8.272	7.514	10,1%
Serviços de terceiros	2.382	1.292	84,4%
Outros	20.270	15.981	26,84%

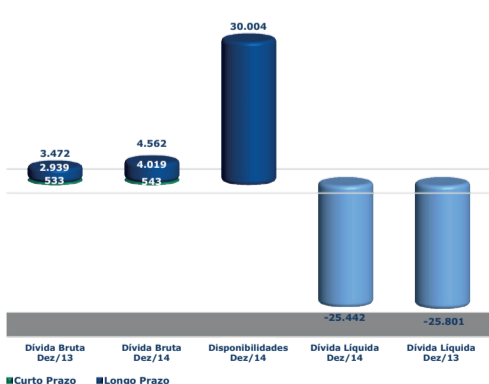
7. ENDIVIDAMENTO

7.1. Perfil da Dívida: De acordo com sua Política Financeira, a Afluyente T busca permanentemente o alongamento e a diversificação dos instrumentos financeiros. Em dezembro de 2014, a Afluyente T contava com 88% da dívida contabilizada no longo prazo e 12% no curto prazo. A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4.210 mil, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluyente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1.607 mil e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada de Afluyente T foi R\$ 4.562 mil.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ mil)



Evolução da Dívida (R\$ mil)



8. INVESTIMENTOS

A Afluyente T, em 31 de maio de 2011, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 2.920, a executar a instalação de dois módulos de entrada de Linha em 230 kV e remanejamento da SE Camaçari II para a SE Camaçari IV, localizadas no Estado da Bahia, para reforçar o suprimento de energia na Região Metropolitana de Salvador, seguindo o escopo de fornecimento: I - LT 230 kV/Tomba / Governador Mangabeira C2: complementação do circuito para separar este do circuito da LT 230 kV Camaçari II/ Governador Mangabeira, sob responsabilidade da CHEF, com a construção de 1,055 km de circuito duplo com um condutor por fase do tipo CAA 636 MCM GROSBEAK e dois cabos para raios por fase de aço 7,94 mm². II - LT 230 kV Camaçari II/ Pólo C1/C2: Remanejamento para a futura Subestação Camaçari IV, com a construção de 0,3 km com cabos GROSBEAK, 636 MCM. III - Subestação Camaçari IV: dois módulos de entrada de linha 230 kV e acréscimo de módulo de infraestrutura geral pela instalação dos dois módulos de entrada de linha 230 kV. A obra foi concluída em janeiro de 2014 e o investimento total foi de R\$ 12,2 milhões. Além de parcela desses gastos incorridos no ano de 2014, houve investimentos em meio ambiente, equipamentos para a operação e manutenção, entre outros, que totalizaram o montante de R\$ 5,6 milhões.

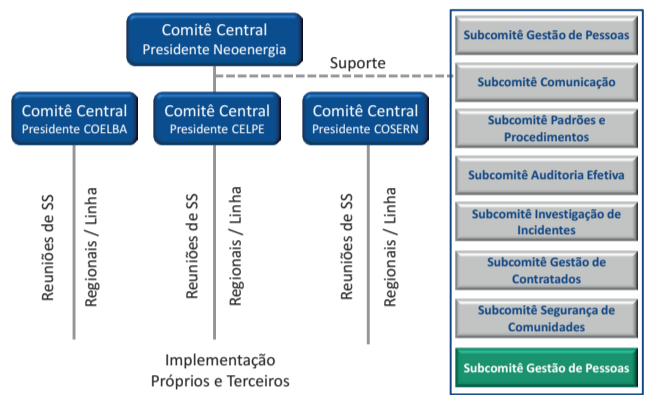
9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser um atributo que faz parte da sua essência, também é uma estratégia de negócio, sua missão: “ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”. Tal compromisso está materializado em sua Política de Sustentabilidade, documento aprovado em 2014 que define oito diretrizes corporativas para a condução dos negócios, de maneira que o crescimento e a operação das empresas do Grupo ocorram em um contexto socioambiental responsável. A fim de promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, bem como divulgar a forma que gere seus negócios, a holding do grupo publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. O documento, organizado em linha com os modelos propostos pela Global Reporting Initiative e pela Sustainability Integrated Guidelines for Management (Sigma), abrange aspectos que determinam os

resultados sustentáveis de uma empresa, relacionando-os a seis capitais: financeiro, construído, intelectual, humano, social e natural. Durante o ano, o Grupo Neoenergia renovou seus compromissos externos junto aos Dez Princípios do Pacto Global, que reforçam sua preocupação com uma gestão equilibrada, baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e práticas anticorrupção.

10. GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Neoenergia tem como missão ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A Organização acredita no Brasil e no potencial da sociedade. A principal responsabilidade de nossas empresas é com a vida das pessoas e é através da sua valorização que estimulamos a construção de uma sociedade mais segura, justa e íntegra. Por isso, para cuidar do nosso principal ativo, o Grupo Neoenergia se baseia em alguns pilares de atuação que buscam acompanhar toda a vida funcional dos colaboradores. Com uma série de ações nas áreas de treinamento, comunicação, desenvolvimento e integração, que serão detalhadas adiante, queremos nos posicionar como uma das melhores empresas para se trabalhar. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time se dedique a ser mais eficiente e competente, maximizando os resultados operacionais e financeiros para a Organização. Em 2013, o Grupo Neoenergia revisou sua Missão, sua Visão e seus Valores e desde então, vem trabalhando o senso de pertencimento do público interno às novas diretrizes da Companhia. Ações de fortalecimento dos novos valores, embasadas em nosso compromisso com as melhores práticas de Gestão de Pessoas, fizeram parte da atuação da área em 2014. Assim, iniciamos uma jornada com a meta de zerar o número de acidentes com a força de trabalho. Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, em que a prática do comportamento seguro é um compromisso de todos. **10.1 Valor Segurança:** Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossos colaboradores e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis, por isso, estabelecemos o “Padrinho da Segurança”, ação em que cada colaborador é padrinho de seu colega de trabalho e seu colega de trabalho é seu padrinho. Assim, garantimos uma teia de proteção em que todos são responsáveis por todos. **Jornada Comportamento Seguro:** A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança dentro do Grupo – foi lançada com base em cinco principais pilares/ações: Diálogo de Segurança, Capacitação de Líderes, Inspeções de Segurança pelos Líderes, Padrinho da Segurança e Diagnóstico de Saúde e Segurança. O fortalecimento desta cultura voltada para a segurança se dá por meio de seis macro-blocos de ações, considerando: Preparação da Equipe Corporativa, Contenção, Preparação das Lideranças Locais, Mudança de Cultura, Gestão de Contratadas e Segurança das Comunidades. Temos a convicção de que a execução da nossa estratégia depende de equipes unidas que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com o principal valor do nosso Grupo, a SEGURANÇA. Foram criados comitês e subcomitês que deliberam, estudam, padronizam e implantam práticas de saúde e segurança nas distribuidoras do Grupo:





A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

Saldos em 01 de janeiro de 2013	43.351
Amortização/reversão	(24.965)
Atualização monetária / valor justo	23.354
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.661
Adições	9.384
Amortização/reversão	(31.027)
Atualização monetária / valor justo	21.381
Saldo em 31 de dezembro de 2014	48.399

9. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Fornece	2014	2013
Materiais e serviços	833	1.294
Terceiros	833	987
Partes relacionadas (Nota 21)	-	-
Total	833	1.294
Circulante	833	1.294

A Afluenta T mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía valores em aberto com a Neoenergia O&M, pois foram quitados no período corrente.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida em moeda nacional	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	2014	2013
Reserva Nacional	(a)	4,5% a.a.	6	525	2.412	2.943	3.472
Banco do Brasil			6	525	2.412	2.943	3.472
Banco do Brasil		6% a.a.	12	-	1.608	1.620	-
			12	-	1.608	1.620	-
Total			18	525	4.020	4.563	3.472

(a) A Companhia possui um financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluenta T que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2014	2013
Total líquido	526	526
2015	593	526
2016	727	526
2017	727	526
2018	727	526
2019	509	309
2020	737	-
Após 2020	4.020	2.939
Total obrigações	4.020	2.939
Total	4.020	2.939

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está apresentada abaixo:

	2014	2013
Saldos em 01 de janeiro de 2013	533	3.998
Encargos	167	167
Transferências	526	(526)
Amortizações e pagamentos de juros	(693)	(693)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	533	3.472
Ingressos	-	1.607
Encargos	169	1
Transferências	527	(527)
Amortizações e pagamentos de juros	(686)	(686)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	543	4.563

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

11. TAXAS REGULAMENTARES

A Composição do saldo é como segue:

	2014	2013
Reserva Global de Reversão - RGR	74	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	29	23
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(a)	113
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	189
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		9
Ministério de Minas e Energia - MME		13
Total	227	270
Circulante	227	270
Não circulante	92	72

(a) Despesa com PROINFA paga no mês corrente. (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento em 2008 e o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.º 300/2008 e 316/2010.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A Composição do saldo é como segue:

	2014	2013
Imposto de renda - IR	150	192
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	198	152
Programa de integração social - PIS	19	19
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	89	87
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	412	196
Imposto sobre serviços - ISS	59	10
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.148	665
Total	2.275	1.261

13. DIVIDENDOS

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2014			
RCA de 27 de fevereiro de 2014	Dividendos	9.466	0,1500618700
RCA de 18 de setembro de 2014	Dividendos	6.368	0,1009411336
Total		15.834	
2013			
AGO/E de 29 de abril de 2013	Dividendos	16.807	0,2664164610
RCA de 22 de agosto de 2013	Dividendos	9.001	0,1427073186
Total		25.808	

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2014	2013
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	63.085	63.085
Total	63.085	63.085
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	14.982	19.441
Constituição da reserva legal	(749)	(973)
Base de cálculo do dividendo	14.233	18.468
Dividendos mínimos obrigatórios	3.558	4.617
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários	6.368	9.001
Dividendos propostos	7.865	9.467
Total Bruto	14.233	18.468

A formação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.232
Declarados	21.608
Pagos no período	(25.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51
Declarados	15.834
Pagos no período	(15.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65

14. OUTROS PASSIVOS

A formação do saldo é como segue:

	2014	2013
Caução em garantia	144	135
Partes relacionadas	14	6
Outras	148	3
Total	306	144
Circulante	255	71
Não circulante	51	73

15. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	30	30
Constituição	1	1
Atualização	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31	31

A Administração da Companhia, consoante a opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Ex-empregados da Companhia	(a)	31	1ª, 2ª e 3ª	Provável	31
Total		31			31

(a) Ação trabalhista movida pelo sindicato referente a ex-funcionários que pleiteiam o recebimento de diversas verbas trabalhistas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 63.085 dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
Total	63.085	100,00%
Acionistas	R\$ Mil	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
Total	63.085	100,00%

Reserva Legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

17. RECEITA LÍQUIDA

Ref.	2014	2013
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	7.859	8.755
Receita de concessão	21.381	23.354
Receita de construção da infraestrutura da concessão	9.383	6.920
Outras receitas	30	173
Total receita bruta	38.653	39.202
(1) Deduções da receita bruta	(4.010)	(4.075)
(a) Deduções da receita operacional líquida	34.643	35.127
(a) Deduções da receita bruta	-	-
Total	34.643	35.127

	2014	2013
IMPOSTOS:		
PIS	(253)	(221)
COFINS	(1.166)	(1.017)
ISS	-	(11)

	2014	2013
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(732)	(563)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(157)	(217)
Concessão - conta consumo de combustível - CCC	(301)	(314)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(363)	(314)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.339)	(1.431)
Total	(4.010)	(4.075)

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/14		31/12/13	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(78)	(78)	(156)	(123)
Serviços de terceiros	(7.275)	(997)	(8.272)	(7.514)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(126)	(126)	(252)	(132)
Arendamentos e alugueis	(78)	(9)	(87)	(25)
Tributos	(444)	(205)	(649)	(46)
Provisões líquidas - PCLD	-	(65)	(65)	(817)
Provisões líquidas - contingências	-	(29)	(29)	-
Outros ganhos/perdas/alienação/cancelamentos/desativação	-	(1.313)	(1.313)	-
Outros	(223)	(45)	(268)	(404)
Total custos / despesas	(8.224)	(2.663)	(10.887)	(9.061)

19. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2014		2013	
Custo / Despesa	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(9.383)	-	(9.383)	(6.920)
Total custos / despesas	(9.383)	-	(9.383)	(6.920)

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas					
Neoenergia S.A.	-	-	-	-	-
Neoenergia Investimentos S.A.	-	-	-	-	-
Coelba	13.867	1.674	1.674	1.674	14
Celpe	206	27	280	307	7
Osern	72	7	79	79	-
Itapebi Geração de Energia S.A.	56	444	444	444	-
Termoperambuco S/A	77	6	83	83	-
Neoenergia Operação e Manutenção S.A	(4.820)	-	(4.820)	(4.820)	-
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	6	-	6	6	-
Total	9.464	2.158	280	2.438	-

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controlado conjunto					
Energética Águas da Pedra	53	4	4	4	-
Total	67	4	4	4	-

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladores					
Outros minoritários	-	-	-	-	-
Total	9.531	2.162	280	2.442	65

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Ref.	Resultado	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Recursos	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Total	9.531	2.162	280	2.442	65

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve remuneração dos administradores na companhia.

22. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. **Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre